

GARCIA, Thiago Camargo. **Sentença transitada em julgado violadora da constituição federal de 1988:** análise à luz da teoria dos princípios. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012. 154 p.

GARCIA, Thiago Camargo. **Sentença transitada em julgado violadora da constituição federal de 1988:** análise à luz da teoria dos princípios. São Paulo: Letras Jurídicas, 2012. 154 p. --- *Localização: 347.953(81) / G165s*

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. ABORDAGEM TERMINOLÓGICA INICIAL.....	21
3. REFLEXÕES SOBRE COISA JULGADA	25
3.1 Textos (dispositivos) constitucionais e legais atinentes à coisa julgada	25
3.2 Conceito	31
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE PRINCÍPIOS	37
4.1 A teoria dos princípios e a definição/distinção de princípios e regras jurídicas	37
4.2 A doutrina de Robert Alexy	44

4.3 A posição de Virgílio Afonso da Silva.....	47
4.4 As lições de Humberto Ávila.....	52
4.5 Tomada de posição.....	58
4.6 Da proporcionalidade.....	62
4.6.1 Elementos/exames do postulado da proporcionalidade....	72
4.6.1.1 Adequação.....	74
4.6.1.2 Necessidade.....	77
4.6.1.3 Proporcionalidade em sentido estrito.....	78
5. ENQUADRAMENTO DA COISA JULGADA: PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL.....	83
6. DA INEXISTÊNCIA DE PRINCÍPIOS ABSOLUTOS, RELATIVIDADE DA COISA JULGADA E POSSIBILIDADE DE COLISÃO DESTE PRINCÍPIO COM OUTROS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	89
7. DA SENTENÇA INCONSTITUCIONAL TRANSITADA EM JULGADO E SUA DESCONSTITUIÇÃO.....	99
7.1 Significadoda expressão sentença passada em julgado violadora da Constituição Federal e natureza jurídica do ato inconstitucional.....	99
7.2 Método para aferir em que casos a sentença inconstitucional transitada soberanamente em julgado deve ser desconstituída...	117
7.2.1 Sentença transitada soberanamente em julgado condenando alguém a ser escravo de outra pessoa pelo período de um ano.....	122

7.2.2 Sentença transitada soberanamente em julgado autorizando empresa privada a depositar ad eternum produtos danosos ao meio ambiente em determinado rio que abastece de água uma pequena cidade do interior	124
7.2.3 Sentença transitada soberanamente em julgado autorizando pequeno produtor rural a não recompor a vegetação que tal produtor suprimira – supressão de oito árvores localizadas em área de preservação ambiental.....	125
7.2.4 Sentença transitada soberanamente em julgado condenando Estado da Federação a indenizar um particular em razão de desapropriação indireta, porém área inexistente e ocorrência de falsificação de documentos.....	127
7.2.5 Sentença transitada soberanamente em julgado condenando determinado Estado a indenizar um particular em razão de desapropriação, porém montante da indenização equivale a 100 vezes o valor de mercado da área	129
7.2.6 Síntese conclusiva acerca dos cinco exemplos analisados	130

8. MECANISMOS DE DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA TRANSITADA SOBERANAMENTE EM JULGADO INCOMPATÍVEL COM A CARTA MAGNA DE 1988	131
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

9. ALGUMAS PALAVRAS A PROPÓSITO DA DOCTRINA FAVORÁVEL E DOCTRINA CONTRÁRIA À DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA INCONSTITUCIONAL TRANSITADA SOBERANAMENTE EM JULGADO	133
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

10. RECONSTRUÇÃO DE UMA DECISÃO JUDICIAL APLICANDO O MÉTODO PROPOSTO NO TRABALHO 137

10.1 Recurso Especial nº 602.636-MA, Superior Tribunal de Justiça, 1ª Turma, relator ministro José Delgado, acórdão unânime de 06/05/2004, publicação: DJ de 14/06/2004 137

11. CONCLUSÕES 143

BIBLIOGRAFIA..... 147

Quem Somos Letras Jurídicas Editora..... 155